

UNIVOCIDADE E PREDICAÇÃO NO SÉCULO XIV: JOÃO DUNS SCOTUS E PEDRO THOMAE

Rodrigo Guerizoli
PPGLM/UFRJ/CNPq

Festejada por uns como a pedra fundamental do “segundo começo da metafísica” (Hon-
nefelder 2007), denunciada por outros como “filosoficamente questionável” (Pickstock 2005, p.
544), a posição filosófica que se constrói sobre a interpretação da noção de ente como um pre-
dicado unívoco não pode ser plenamente elaborada sem que se dê conta de certas regiões do
pensamento aristotélico que parecem colocar cruciais objeções a um tal projeto. Uma dessas
objeções, que já tratamos noutro momento (cf. Guerizoli 2009), diz respeito à relação entre pre-
dicados unívocos e predicados genéricos. Com efeito, de acordo com uma das aporias do terceiro
livro da *Metafísica*, haveria uma implicação imediata entre essas classes. Considere-se um pre-
dicado qualquer: se este cumpre as condições de um predicado unívoco, então, parece legítimo
inferir, ele cumpre também o que é requerido para sua classificação como um predicado genérico.
A noção de ente, porém, e sobre isso há consenso, não é uma noção genérica. Logo, etc.

Contudo, no início do século XIV, uma tal leitura de Aristóteles vê-se recusada. Insurgin-
do-se contra os que negam a univocidade da noção de ente, e que com isso “necessariamente
destróem a filosofia”,¹ João Duns Scotus argumenta que, conceitualmente, não há implicação

1 Scotus 1960, p. 265, *Lec. I, d. 3, p. 1, q. 1-2, n. 110*: “*Dico quod non destruo philosophiam, sed ponentes
contrarium necessario destruunt philosophiam, quia si ens non importaret conceptum communem, impossibile es-*
ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 14 nº 2, 2010, p. 165-182

entre predicados unívocos e predicados genéricos, e que, textualmente, Aristóteles é de fato simpático a que se tome a noção de ente como um predicado unívoco e não genérico. Sendo unívoca, tal noção exprimiria em todos os seus usos um mesmo conteúdo (*ratio*), cuja marca estaria numa irreduzível simplicidade, numa perfeita inanalísabilidade. Diferentemente de qualquer noção genérica, porém, ela seria um predicado essencial não apenas de gêneros e de espécies, mas também de diferenças.

Mesmo que a argumentação de Scotus tenha desfeito a aparência de contra-senso anti-aristotélico tradicionalmente associada à idéia de um predicado unívoco que não seja genérico, a defesa da univocidade da noção de ente permanece incompleta em se fundando sobre essa base apenas. E isso porque, por mais que tenha podido não fazer do ente um gênero, Scotus parece acabar cunhando uma noção que o levará, assim que assumir uma certa teoria das definições e se engajar na busca das definições do que há, a uma inútil verborragia, a uma gagueira sintática crônica (*nugatio*) que se concretizará num discurso redundante em que, como papagaios, repetiremos o mesmo sem, no fim das contas, dizermos nada de significativo.

Em particular, o problemático da posição de Scotus encontra-se em sua defesa da noção de ente como um predicado essencial de diferenças. Será plausível afirmar que um predicado pode ser atribuído essencialmente e no mesmo sentido tanto a espécies quanto a diferenças? Que tal condição não pode ser satisfeita por noções genéricas é algo que Scotus encontra já bem fundamentado numa passagem dos *Tópicos* VI, 6 (144a36-b1), em que qualquer esforço naquele sentido é reduzido ao absurdo. Analisando o comportamento do predicado “animal” frente a suas espécies e às diferenças que lhe podem ser acrescentadas, Aristóteles observa:

[...] se animal é predicado de cada uma das diferenças, então muitos animais serão preditados da espécie, pois as diferenças são predicadas das espécies.

O argumento se constrói com base no dispositivo taxonômico aristotélico, em que a espécie é definida pela articulação das noções de gênero e de diferença. Nesse quadro, a ocorrência de um mesmo gênero tanto na definição mais compacta da espécie – aquela formada de gênero próximo e de diferença específica –, quanto na definição da diferença que figura na definição mais compacta da espécie torna incompreensível, pois incorpora a inútil repetição de um mesmo termo, qualquer definição mais detalhada da espécie, ou seja, qualquer definição em que a menção da diferença específica fosse substituída pela ocorrência de sua definição. Em termos menos abstratos, se G (“animal”, por exemplo) funciona como gênero tanto em $X \text{ é } G\text{-}Df$ (“o homem é um animal bípede”, por exemplo) quanto em $Df \text{ é } G\text{-}Df'$ (“o bípede é um animal Df' ”, simplesmente estipulemos), então a definição mais detalhada $X \text{ é } G\text{-}G\text{-}Df'$ (“o homem é um animal animal Df' ”) deveria ser admitida, o que no entanto é claramente absurdo.

Embora esse raciocínio vise diretamente a noções de gêneros próximos que pretendem atuar como predicados essenciais de suas diferenças específicas, ele pode ser facilmente desdobrado no sentido de obstruir que qualquer noção, genérica ou não, possa servir de predicado essencial simultâneo dos constituintes das definições. Com efeito, quanto mais abrangente for aquela noção, tanto mais vezes ela ocorrerá no processo de montagem de definições cada vez mais detalhadas das espécies e, com isso, tanto mais persistente será a gagueira por ela engendrada. Tome-se como ilustração a noção de ente: caso se trate de um predicado essencial dos gêneros e diferenças que compõem o conjunto de nossas definições, então nenhum processo de decomposição analítica das partes de uma definição desembocará numa articulação última entre um elemento quiditativo puramente determinável e um elemento qualitativo puramente determinante. Nesse contexto, ao contrário, todo elemento qualitativo que encontrarmos, cada diferença que identificarmos, poderá ser analisada numa articulação entre a noção de ente e alguma outra diferença, a que até então não havíamos atentado, a qual, por sua vez, também se mostrará passível de análise, e assim sucessivamente. A definição completa ou formal de qualquer espécie permaneceria objeto constante de um desejo impossível de ser aplacado.

Scotus está ciente de que a gagueira é um sintoma que nenhum defensor da univocidade da noção de ente gostaria de apresentar. Contudo, negar que aquela noção seja um predicado de diferenças significa para ele abrir mão do que precisamente a distingue de todo predicado genérico. Assim, um compromisso acaba sendo encontrado e um limite mínimo é imposto à extensão predicativa da noção de ente. Tal noção, sustenta Scotus, não é um predicado essencial

das diferenças últimas, quer dizer, das diferenças que qualificam uma espécie que não atua, sob nenhum ponto de vista, como gênero com relação a espécies inferiores. Assim se evita que nos procedimentos de análise das definições se vejam às voltas com a incessante recorrência de novas diferenças. Em algum momento de cada processo acabaremos nos deparando com uma diferença que foge ao esquema de articulação entre a noção de ente e uma diferença ulterior. Mas, segundo Scotus, essa restrição não chega a colocar em risco a distinção entre a noção de ente e os predicados genéricos. Afinal, mesmo levando-se em conta tal limite, permanece correto afirmar que, diferentemente dos termos genéricos, a noção de ente é um predicado essencial de diferenças.

*

Ainda que a pretensão de Scotus ao restringir a extensão predicativa da noção de ente fosse dar conta de um problema aparentemente pontual de sua ontologia marcada pela univocidade, tal opção, contudo, parece gerar consideráveis embaraços. Uma dúvida diz respeito à sua real capacidade de propor uma superação definitiva do problema da gagueira. Além disso, ela parece significar uma concessão a um regime de predicação no mínimo muito semelhante ao da “significação múltipla”, ou seja, justamente àquele ao qual a univocidade pretendia fazer frente.

Com relação à primeira suspeita: de fato, se é apenas à diferença última que a noção de ente não se predica de modo essencial, então, por mais que assim se evite o regresso ao infinito da análise das definições, isso parece apenas abreviar o problema da redundância. Com efeito, dado que a noção de ente permanece um predicado essencial das diferenças intermediárias que conectam um gênero supremo a uma diferença última, então um certo grau de repetição não poderá ser evitado ao se dispor aquelas diferenças lado a lado na fórmula que define uma espécie de modo completo.

Felizmente, tal objeção não passou despercebida por Scotus. Infelizmente, já no século XIV foram lançadas dúvidas sobre a clareza de sua resposta.² Assumindo uma reconstrução mais sistemática do que propriamente textual, podemos dizer que no cerne da réplica de Scotus

² Cf. Scotus 1960, pp. 272s., *Lec. I*, d. 3, p. 1, q. 1-2, n. 123.

está a relação entre os sentidos abstrato e concreto das diferenças intermediárias e os diferentes modos de predicação expostos nos *Segundos Analíticos*. Desdobrando mais detalhadamente a estratégia, tomemos inicialmente como exemplo um enunciado do tipo “a cor é uma qualidade sensível”. A sua verdade, percebe-se, implica na verdade de outras duas frases: “a cor é uma qualidade” e “a cor é um sensível”. Deve-se notar, contudo, que cada uma dessas frases cai numa classe diferente de predicação: a primeira consiste numa predicação essencial e a segunda numa predicação denominativa. Além disso, embora em ambos os casos o sujeito ontológico da predicação coincida com o sujeito gramatical da frase, ao contrário de em, por exemplo, “o branco é músico”, em que o predicado se reporta através do sujeito gramatical a uma substância cujas notas essenciais permanecem desconhecidas, as frases divergem quanto às perguntas para as quais elas são respostas satisfatórias. A primeira responde a “o que é uma cor?”, a segunda a “como é uma cor?”. Observe-se por fim que apenas um termo concreto, “sensível”, pode realizar a função denominativa própria às diferenças. O termo abstrato correspondente, “sensibilidade”, não poderia levar a cabo tal tarefa. Não diríamos, com efeito, como resposta a “como é uma cor?” que se trata de “uma sensibilidade”.

O que resulta da posição de Scotus sobre o comportamento da noção de ente como predicado de diferenças intermediárias é algo análogo ao há pouco esboçado. Mantendo o exemplo acima utilizado, decerto ao predicado genérico “qualidade” não repugna ser sujeito de uma predicação essencial da noção de ente. Contudo – e esse é o ponto de Scotus –, a noção que naquele exemplo desempenha o papel de diferença só aceita uma tal atribuição se a consideramos em abstrato. Se, ao contrário, a tomamos em concreto tudo o que podemos fazer é predicar-lhe a noção de ente de maneira denominativa. Scotus, diga-se de passagem, chega a cunhar um neologismo para indicar esse papel predicativo denominativo da noção de ente, *entale*, que poderíamos traduzir por “ental” ou por “êntico”. Poderíamos formular, pois, uma expressão como “o sensível é êntico” – mas creio que podemos dispensar uma tal deformidade. De todo modo, seja como for, o raciocínio desemboca no seguinte: o perigo da gagueira inexistente porque os termos que em nossas definições mais detalhadas denotam as diferenças intermediárias de um gênero supremo são termos concretos. Em tais definições, portanto, a noção de ente atua ora como predicado essencial, quando se trata do gênero, ora como predicado denominativo, o que acaba por não gerar senão a ocorrência sucessiva de um mesmo predicado segundo distintos modos de predicação. E com isso estamos acostumados; dizemos por exemplo sem gaguejar que “o verme-

lho é uma cor de um colorido intenso”. Enfim, essa parece ser a lição de Scotus: enquanto em um certo nível de detalhe nossa definição de homem se mantiver “vivente sensível racional”, e não se tornar “vivente sensibilidade racionalidade”, não temos porque procurar o fonoaudiólogo.

Como dito, a segunda suspeita que ronda a solução de Scotus ao problema da gagueira consiste no receio de que sua defesa da diversidade predicativa da noção de ente acabe por conduzi-lo a uma inusitada proximidade com relação a seu grande oponente, o regime da “significação múltipla” ou da analogia. Decerto não é o caso que tais posições cheguem a se identificar: enquanto Scotus defende, acerca da noção de ente, que se trata de um mesmo conteúdo (*ratio*) afirmado de modo essencial ou denominativo de diversas realidades, o partidário da analogia argumenta em favor de uma diversidade de conteúdos (*rationes*), organizados por laços de prioridade e posterioridade, afirmados do mesmo modo de diversas realidades e capazes de articular a diversidade categorial em torno a uma única classe, a da substância. Contudo, assim como para Scotus não parecia claro como se poderia prestar contas, sob o regime da analogia, do estatuto ontológico dos acidentes, do mesmo modo não parece claro para alguns de seus leitores como ele consegue esclarecer o estatuto das diferenças últimas. Com efeito, parece que em ambos os casos estamos diante de uma disjunção supostamente irreduzível – substância e acidentes, de um lado; gênero próximo e diferença última, de outro – e cujos membros não recebem da mesma maneira a predicação da noção de ente. Em um modelo, tal noção é aplicada aos extremos do mesmo modo, mas sob sentidos distintos; no outro, sob o mesmo sentido, mas de modos distintos. E como fruto dessa disparidade surgem as perguntas tanto sobre o que são os acidentes, quanto sobre o que são as diferenças últimas. Afinal, o que se pretende nos dois casos é sustentar a realidade de algo a que, curiosamente, o predicado que é o índice por excelência de realidade do que quer que seja não parece perfeitamente se ajustar. Não se deveria então, com vistas a salvar o estatuto ontológico das diferenças últimas, e usando Scotus contra Scotus, aceitá-las afinal como sujeitos possíveis de predicação essencial por parte da noção de ente? Mas como ainda se poderia nesse caso fugir à gagueira?

De fato, não há como, de acordo com Scotus, se evitar a gagueira no âmbito das definições e ao mesmo tempo se enxergar na noção de ente um predicado essencial de diferenças últimas. Nesse sentido, a única chance de solução do problema reside na aposta de que é possível dar uma consistência teórica plausível à idéia de um item que existe mesmo que não possa ter como predicado essencial a noção de ente.

Em linhas gerais, o resultado alcançado por Scotus tem a ver com uma análise do que decorre do fato de não se poder predicar essencialmente a noção de ente das diferenças últimas. Daí decorre, assinala ele, que tais diferenças não podem ser vistas, do ponto de vista essencial ou formal, como entes. Mas isso não significa que tais diferenças devam ser vistas desde esse mesmo ponto de vista como não entes. Com efeito, diferentemente do que não é em sentido algum um ente, tais realidades se caracterizam por poder ser objeto de uma predicação denominativa da noção de ente. Noutros termos, dizer que as diferenças últimas não são essencialmente entes não implica, segundo Scotus, dizer que elas são essencialmente não entes – uma coisa não decorre da outra, assim como tampouco de “o racional não é essencialmente animal” decorre “então o racional é essencialmente não animal”. Desse modo Scotus espera ter delimitado o domínio ontológico próprio das diferenças últimas, um âmbito habitado pelo que é denominativamente ente e que, nesse sentido, se distingue do que é essencialmente não ente, sem no entanto se identificar com o que é essencialmente ente.³

*

Tanto a posição de Scotus sobre a relação entre a noção de ente e as diferenças últimas, quanto suas soluções aos problemas que dali parecem decorrer, foram objeto de diversas críticas e defesas pelas gerações posteriores. Dentre os críticos destacam-se os que vêem como particularmente precário o encaminhamento dado ao problema do estatuto ontológico das diferenças últimas. O esquema básico dessa crítica, cunhada no comentário às *Sentenças* do franciscano Guilherme de Alnwick, foi retomado, entre outros, por Guilherme de Ockham e acumulou uma enorme fortuna literária até pelo menos a primeira metade do século XVII.⁴ Em suas *Disputações Metafísicas*, Suárez, por exemplo, afirma que a idéia de que a noção de ente não está incluída *in quid* nas diferenças últimas é com razão rechaçada por tomistas.⁵ Evidentemente,

3 Cf. Ibid.

4 Cf. Dumont 1987 e 1988, Langston 1979, Forlivesi 2006. Em Alnwick o argumento recebe, em linhas gerais, a seguinte formulação: (i) é pela mesma razão formal que algo se distingue do não ente e inclui essencialmente o ente; (ii) ora, as diferenças últimas se distinguem do não ente; (iii) logo, elas incluem essencialmente o ente. Parece no entanto evidente que Scotus rejeitaria a premissa maior do raciocínio.

5 Cf. Suárez 1960, DM II.5, pp. 92ss., em que se pergunta: *Utrum ratio entis transcendat omnes rationes et*

os autores afeitos a uma tal crítica acabavam por se ver cedo ou tarde às voltas com o problema da gagueira. Assim, Guilherme de Alnwick propõe uma espécie de alargamento rumo às diferenças últimas do que Scotus já dissera sobre as diferenças intermediárias. Em ambos os casos tratar-se-ia de incluir a noção de ente diferentemente segundo cada uma das partes da definição: essencialmente com relação ao termo genérico e denominativamente com relação ao termo concreto que completa a expressão (Dumont 1987, pp. 29s.). Guilherme de Ockham, por seu turno, parece oferecer um encaminhamento mais original e em pelo menos um texto, cuja autenticidade não é porém de todo garantida, propõe esclarecer a questão através da distinção entre os modos de suposição pessoal, simples e material do termo “ente”.⁶

Se em um flanco da recepção de Scotus percebemos defensores da tese da predicação essencial da noção de ente frente não apenas a diferenças intermediárias mas também a diferenças últimas, noutro flanco, aparentemente menos popular, encontra-se o franciscano catalão Pedro Thomae, cuja carreira remete ao *studium* de sua ordem em Barcelona durante a segunda e a terceira décadas do século XIV e que termina seus dias numa prisão da Inquisição que, em 1336, o acusara de feitiçaria (cf. Bos 2002, p.1). De acordo com Pedro Thomae, o caminho escolhido por Guilherme de Alnwick e, em geral, o curso que tomam os que defendem que diferenças – para Scotus, apenas as intermediárias; para Alnwick, intermediárias e últimas – podem receber uma predicação essencial da noção de ente e, ao mesmo tempo, buscam fornecer um quadro conceitual que escape à gagueira, não chegam a lugar algum. Noutros termos, ele é do parecer de que não há como se tomar a noção de ente como um predicado essencial de gêneros e de diferenças sem que se venha a ser acometido pela gagueira. E frente a isso Pedro Thomae opta por salvar a possibilidade do discurso definicional. Ele prefere, com efeito, pagar o preço do que lhe parece o único refúgio à gagueira e defende que a noção de ente é, com relação às partes da definição, um predicado essencial apenas de gêneros e nunca de diferenças. A pedra no caminho de Pedro Thomae é, contudo, bastante evidente. Afinal, não era exatamente o fato de ser um predicado essencial de diferenças o que garantia a distinção entre a univocidade da noção de ente e a univocidade simplesmente genérica?

differentiae inferiorum entium, ita ut in eis intime et essentialiter includatur.

6 Cf. Ockham 1984, *Quaest. variae*, q. 6, a. 6, pp. 233ss. e Langston 1979. Uma investigação sobre a *nugatio* em Ockham, realizada desde uma outra preocupação teórica, oferece Amerini 2009.

*

Retracemos o quadro geral das posições ora em jogo antes de seguir adiante. Todos os autores pelos quais passou o fio condutor de nossa pesquisa estão preocupados em esclarecer a relação que subsiste entre, de um lado, a noção de ente, que segundo eles exprime sempre um mesmo conteúdo (*ratio*), e, de outro, noções que exprimem gêneros e noções que exprimem diferenças. A primeira tarefa nesse contexto é a de distinguir a noção de ente de qualquer predicado genérico. De acordo com Scotus, isso pode ser feito sem maiores problemas: diferentemente de qualquer termo genérico, a noção de ente é um predicado essencial de uma certa classe de diferenças, a saber, das diferenças intermediárias. Contudo, considerando-se que essa noção é também um predicado essencial de termos que significam gêneros, gera-se a suspeita de que daí surgirá uma gagueira, uma repetição sintática inútil da noção de ente, quando da construção de definições mais detalhadas de espécies. Scotus rebate essa suspeita indicando que nas definições apenas a noção genérica, que figura em abstrato, pode ser legitimamente tomada como sujeito de uma predicação essencial por parte da noção de ente; já os termos que significam diferenças, por figurarem em concreto, serão sempre sujeitos de uma predicação apenas denominativa daquela noção. Assim, não haveria repetição inútil, pois a dupla ocorrência do mesmo termo se daria segundo modos distintos de predicação. Por outro lado, na esteira da recepção de Scotus, encontram-se diversos autores que buscam alargar o âmbito de predicação essencial da noção de ente. De acordo com eles, é necessário reconhecer nessa noção um predicado essencial também de diferenças últimas. Do contrário, se torna impossível oferecer uma explicação do porquê de tais diferenças simplesmente não fugirem ao âmbito do que é e, com isso, do porquê de elas não escaparem aos limites do inteligível. Por fim, ainda no espaço de recepção da obra de Scotus, encontramos em Pedro Thomae uma outra amarração de conceitos. Encontramos, com efeito, uma posição particularmente cética quanto às possibilidades de se defender a predicação essencial da noção de ente frente a diferenças e de, ao mesmo tempo, se cunhar uma teoria das definições que não gere expressões repetitivas e sem sentido. Assim, no intuito de garantir nossa capacidade de construir definições consistentes, acaba surgindo com Pedro Thomae uma radical revisão do argumento que, para Scotus, fundava a própria distinção entre univocidade genérica e univocidade da noção de ente, a saber, a defesa dessa noção como um predicado essencial de diferenças.

Ora, dado esse quadro, nossa análise da posição de Pedro Thomae com respeito à univocidade da noção de ente e de sua relação com as partes das definições deve contemplar dois aspectos: de um lado, sua recusa à interpretação da noção de ente como um predicado essencial de diferenças; de outro, sua defesa – a ser feita sem apelo ao argumento-chave de Scotus – da distinção entre a univocidade da noção de ente e a univocidade dos termos genéricos.

O primeiro aspecto é explorado nas parcialmente editadas *Questiones De ente* (cf. Dumont 1988) através de uma análise da relação existente entre os sentidos concreto e abstrato de um termo e aquilo de que dele se predica. O objetivo consiste em desautorizar o procedimento padrão de Scotus e de outros, que pretendem fugir à gagueira enfocando a relação de mera denominação existente entre a noção de ente e os termos concretos que nas definições complementam os predicados genéricos:

[...] o que quer que inclua a racionalidade de modo quiditativo inclui de modo quiditativo o que quer que esteja incluído na própria racionalidade de modo quiditativo. Mas a racionalidade está incluída de modo quiditativo no racional; e, pela resposta que se dá, a racionalidade inclui o ente de modo quiditativo. Logo, o racional inclui o ente de modo quiditativo, o que é contrário à resposta dada.⁷

A análise das notas essenciais de um predicado que significa *in concreto* uma diferença, no caso, “racional”, encontra cedo ou tarde, de acordo com Pedro Thomae, o predicado que significa *in abstracto* aquela mesma diferença, qual seja, “racionalidade”. Por seu turno, do resultado da análise desse último predicado fará parte a noção de ente. Assim, ao indicar que a noção de ente é um elemento quiditativo de um elemento quiditativo de termos que significam *in concreto* uma diferença, Pedro Thomae aponta para o quão superficial é a tentativa de fugir da gagueira por meio da suposição de que a diferenças tomadas *in concreto* a noção de ente seria predicada de modo apenas denominativo. Ao contrário, o próprio fato de a noção de ente ser

7 Dumont 1988, p. 227, ll. 235-239: “[...] *quidquid includit quiditative rationalitatem, includit quiditative quidquid in ipsa rationalitate includitur quiditative; sed rationalitas includitur in rationali quiditative, et rationalitas per datam responsionem includit quiditative ens; ergo rationale includit quiditative ens, quod est contra responsionem*”.

um predicado essencial de um dado termo abstrato torná-la-ia, por transitividade, um predicado essencial da variante em concreto daquele mesmo termo.

Se a crítica de Pedro Thomae é procedente, então o tratamento proposto por Scotus da relação entre a noção de ente e as diferenças intermediárias deve ser rejeitado, e com ele também todas as tentativas de se alargar rumo às diferenças últimas o que fora afirmado com relação às diferenças intermediárias. Numa palavra, nenhuma diferença deveria ser considerada como sujeito possível de uma predicação essencial da noção de ente.

Mas como ainda se poderia nesse quadro distinguir a noção de ente de um predicado genérico? Quando buscamos retrair a alternativa cunhada por Pedro Thomae para justificar tal diferença, nos deparamos, em primeiro lugar, com uma referência a Averróis, que num passo de seu comentário ao terceiro livro da *Metafísica* distingue a noção de ente dos predicados genéricos aparentemente sem fazer apelo a uma suposta predicabilidade frente às diferenças. Com efeito, de acordo com Averróis, enquanto o uso predicativo da noção de ente não pressupõe a existência de uma natureza comum a seus sujeitos – sendo isso, aliás, o que a torna um predicado das categorias, ou seja, de itens completamente diversos –, o que marca as noções genéricas é justamente o fato de elas serem predicados de muitos apenas na medida em que dentre estes subsiste uma certa unidade formal.⁸ Assim, o que transparece da posição de Averróis é que o caráter não genérico da noção de ente está de alguma forma atrelado à sua capacidade de ser um predicado de coisas completamente diversas. Mas como um predicado poderia ser aplicado a itens não apenas diferentes, mas inteiramente diversos? O que justificaria tal predicação? Que modo de predicação estaria aí em jogo? De fato, em lugar algum do mapa de predicções apresentado por Aristóteles – frases em que o sujeito está incluído no predicado, em que o predicado está incluído no sujeito etc. – encontramos o que ora se busca. O mais natural seria que se tratasse de predicções *per ser* do primeiro tipo, ou seja, de frases em que o predicado se encontra incluído no sujeito. Contudo, fosse tal o caso, deveria ser possível analisar os sujeitos de tais predicções em um elemento comum, a própria noção de ente, e em diferenças pelas quais se distinguiriam; noutros termos, estaríamos falando de sujeitos diferentes, e não completamente diversos.

8 Cf. Averróis 1962, *In Metaph.* III, 49rB-C. Cf. Dumont 1988, p. 241, ll. 623-633.

De acordo com Pedro Thomae, a idéia que adequadamente descreve uma predicação que não é accidental mas da qual tampouco se pode dizer que exprima a presença essencial do predicado no sujeito, ou vice-versa, é a de uma predicação por identidade (*praedicatio per identitatem*). Trata-se de uma idéia que destoa da noção padrão de predicação formal ou por inerência (*praedicatio formalis, praedicatio per inhaerentiam*), em que se concebe a inclusão ou exclusão do que é significado pelo predicado na natureza daquilo que é significado pelo sujeito, mas que é bastante tradicional no âmbito de reflexões sobre as relações entre lógica e teologia no século XIII, sobretudo quando é o caso de se equacionar lógica aristotélica e questões trinitárias.⁹ Todo o esforço de Pedro Thomae consiste, em grandes linhas, na tentativa de transpor para o âmbito da consideração das naturezas das coisas finitas um modo de predicação que parecia restrito ao âmbito marcado pela infinitude. Trata-se, com efeito, de um movimento que ecoa um passo já ensaiado pelo próprio Scotus mas que, no entanto, acabara perdendo espaço no decorrer de sua carreira (cf. Pini 2005, p. 104). Se o esquema proposto por Pedro Thomae se sustenta, o que se ganharia seria um novo caminho de justificação do caráter não genérico da univocidade da noção de ente, o qual vem expresso nos seguintes termos:

[...] é impossível que um gênero se predique por identidade de uma diferença; mas o ente é um predicado por identidade de diferenças, e similarmente o uno; logo, é impossível para o ente e o uno serem gêneros.¹⁰

Mas é necessário compreender melhor esse uso ontológico de uma idéia corrente em contexto teológico. Uma descrição precisa da predicação por identidade oferece, por exemplo, Tomás de Aquino ao interpretar de certas relações intra-trinitárias:

Deve-se dizer que há diferença entre os nomes que são substantivos e os que são adjetivos. Os substantivos, com efeito, significam não apenas a forma, mas também o supósito da forma, de modo que podem ser predicados segundo ambos os aspectos: quando são

9 Cf. Zieliński 1981, Maierù 1981, 1986 e 1988, Knuuttila 2003, 2006 e 2009, Pini 2005.

10 Dumont 1988, p. 256, ll. 1041-1043: “[...] *impossibile est genus de differentia identice praedicari; sed ens praedicatur identice de differentiis, et similiter unum; ergo impossibile est ens aut unum esse genus*”.

predicados segundo o aspecto do supósito, diz-se ter lugar uma predicação por identidade; quando, ao contrário, são predicados segundo o aspecto da forma, diz-se por denominação ou informação [...]. Os adjetivos, no entanto, significam apenas a forma e, conseqüentemente, só podem ser predicados por informação. Daí essa <sentença> ser falsa: “a essência é geradora”; enquanto essa é verdadeira: “a essência é o Pai”.¹¹

A contraposição ocorre aqui entre o adjetivo “gerador” (*generans*) e o substantivo “Pai” (*pater*), que pode ser lido no contexto como equivalendo a “o gerador”, na medida, a saber, em que se quer predicá-los da essência divina. No que concerne ao adjetivo, só há uma leitura da predicação: o que nela se afirma é a inerência na essência divina da forma significada por aquele termo – o que é falso, uma vez que, em teologia, a característica da geração pertence à primeira pessoa da trindade, ao Pai. No que diz respeito ao substantivo, porém, é possível escapar a esse tipo de leitura. Evidentemente poder-se-ia querer dizer que a essência divina é determinada pela forma que é significada pelo termo “Pai”, o que no entanto é falso; mas se poderia querer dizer também – e nesse sentido a proposição é empregada em teologia e exprime uma predicação por identidade – que a essência divina é o supósito da forma significada pelo termo “Pai”, sem ser por ela informada, o que por sua vez é correto. Noutros termos, se queresia dizer que enquanto supósito o Pai e a essência divina são idênticos.

Tomás explora esse modo de predicação por identidade, que não se iguala nem a uma proposição acidental nem àquela em que se exprime a presença do predicado na definição do sujeito, apenas em contextos teológicos. O motivo de tal restrição repousa ao que parece na incompatibilidade entre o estatuto singular do que é mencionado pelo sujeito e o estatuto universal das formas significadas pelos predicados. Essa restrição, no entanto, não tem lugar quando o âmbito de referência dos predicados se encontra no domínio infinito do divino:

11 Tomás de Aquino, *Super Sent.*, lib. 3 d. 5 q. 3 a. 3 expos.: “*Dicendum, quod differentia est inter nomina substantiva et adjectiva. Substantiva enim significant non tantum formam, sed etiam suppositum formae, unde possunt praedicari ratione utriusque; et quando praedicantur ratione suppositi, dicitur praedicatio per identitatem; quando autem ratione formae, dicitur per denominationem, sive informationem [...]. Adjectiva autem tantum significant formam; et ideo non possunt praedicari, nisi per informationem: unde haec est falsa: essentia est generans; quamvis haec sit vera: essentia est pater*”. Cf. Park 1999, p. 211, Weidemann 2002, p. 79. A mesma distinção ocorre também em Scotus 1956, pp. 21s., *Ord.* I, d. 5, p. 1, q. un., n. 23.

[...] deve-se dizer que quando se diz “Deus ou a essência divina é o Pai” ocorre uma predicação por identidade; não, porém, como de um inferior por um superior, pois no divino não há o universal e o singular. Daí, assim como essa <sentença> é *per se*, “o Pai é Deus”, também esta, “Deus é o Pai”; não sendo de modo algum por acidente.¹²

Pedro Thomae retoma justamente a idéia de predicação por identidade e busca aplicá-la a um caso específico, a saber, ao que tem lugar quando o predicado em questão é a noção de ente. A idéia básica do catalão é a de que é possível nesse caso se valer daquela forma de predicação porque a noção de ente significa de certo modo uma realidade infinita, ao menos quando considerada absolutamente, ou seja, segundo o grau mais alto de abstração de tudo aquilo que não lhe cabe como nota característica:

[...] pois ainda que o conceito de ente não seja intensivamente infinito, ele possui, relativamente à ordem dos conceitos, uma certa infinitude de ilimitação, pela qual pode ser afirmado <ser> identicamente o mesmo do que o que quer que lhe seja compatível [...].¹³

Se a noção de ente cumpre, ainda que por ilimitação e não por intensidade, o critério da infinitude, então uma frase em que ente é predicado de uma diferença pode ser interpretada pelo viés da identidade. Desse modo torna-se possível fugir do viés da inerência, fugir da predicação essencial da noção de ente frente às diferenças, e assim evitar a gagueira. Por um lado, a noção de ente continua a desempenhar o papel de um predicado de diferenças, deixando porém de figurar entre as notas características das diferenças. Por outro, as diferenças se mantêm como sujeitos de uma predicação pela noção de ente pela qual se presta suficientemente contas de seu estatuto ontológico.

12 Tomás de Aquino, *STh I*, q. 39, a. 6, ad 2: “[...] *dicendum quod, cum dicitur, Deus vel divina essentia est Pater, est praedicatio per identitatem, non autem sicut inferioris de superiori, quia in divinis non est universale et sigulare. Unde sicut est per se ista pater est Deus, ita et ista, Deus est pater; et nullo modo per accidens*”.

13 Dumont 1988, p. 249, ll. 828-830: “[...] *licet quod conceptus entis non sit infinitus intensive, tamen in ordine conceptuum habet quamdam illimitationis infinitatem, propter quam potest poni identice idem cum quolibet sibi compossibili [...]*”.

Se conectamos agora o dado inicial de nosso caminho ao seu resultado final, o que resulta é uma tese extremamente intrigante, qual seja, a de que pelo menos um autor do século XIV experimenta que a defesa da univocidade da noção de ente só é possível se se é capaz de expandir o conjunto de formas básicas da predicação estabelecido por Aristóteles, incluindo a predicação por identidade, que diz respeito a casos em que um dos termos em jogo é, de algum modo, infinito. Poderia parecer que isso diminui automaticamente a plausibilidade da univocidade da noção de ente, pois a tal idéia se associar-se-ia uma teoria da predicação aparentemente *ad hoc*. Mas pode-se ler o mesmo quadro de outro modo: a univocidade fomenta sobremaneira a reflexão sobre os esquemas tradicionais de predicação.

RESUMO:

Meu objetivo nesse texto consiste em explorar uma consequência da compreensão defendida por João Duns Scotus acerca da noção de ente. É bem conhecido que Scotus constrói aquela noção como um conceito unívoco, que se aplica a todos os sujeitos a que se aplica de acordo com o mesmo conteúdo (ratio). Essa teoria, no entanto, possui preocupantes consequências se atentamos para o fato de que, sobre um tal base, deveríamos aceitar que a noção de ente é um predicado essencial tanto de gêneros quanto de diferenças. Essa situação leva, a saber, ao problema da reiterada repetição do mesmo tempo, isto é, ao problema da gagueira sintática, quando da construção de definições mais detalhadas de espécies. Explorarei inicialmente a solução que Scotus oferece ao problema, assim como alguns aspectos de sua recepção no século XIV. Concentrar-me-ei em seguida na solução alternativa esboçada por Pedro Thomae à mesma questão. Espero com essa investigação contribuir para o esclarecimento dos méritos e das dúvidas que pairam sobre a teoria da univocidade do ser.

Palavras-chave: univocidade do ser, teoria da definição, teoria da predicação, João Duns Scotus, Pedro Thomae.

ABSTRACT:

My aim in this paper is to explore a consequence of the account offered by John Duns Scotus of the notion of being. It is well known that Scotus constructs such notion as a univocal concept, which applies to all subjects it applies to according to the same content (ratio). This theory, however, has disturbing consequences if we take into account that in such a basis we should accept that to both genus and differences the notion of being is an essential predicate. This amounts namely to the problem of the reiterate repetition of the same term, i.e., to the problem of syntactic stuttering, when constructing more detailed definition of species. I will explore firstly the solution Scotus proposes to the problem, as well as some aspects of its reception in the 14th century. Then I will focus on the alternative solution sketched by Peter Thomae to the same question. I hope this investigation will contribute to clarify the merits and doubts that hover over the theory of the univocity of being,

Keywords: Univocity of being, theory of definition, theory of predication, John Duns Scotus, Peter Thomae.

Referências bibliográficas

AMERINI, F., 2009. "William of Ockham and mental synonymy. The case of nugation" in: *Franciscan Studies* 67, pp. 375-403.

Aristotelis opera cum Averrois commentariis. 1962. *Metaphysicorum libri 14*, Frankfurt am Main: Minerva (Repr. d. Ausg. Venedig 1562 - 1574).

AVERRÓIS cf. *Aristotelis opera cum Averrois commentariis*

BOS, E. P. (ed.). 2002. *The tract De unitate minori of Petrus Thome*, Leuven: Peeters.

DUMONT, S. D. 1987. "The univocity of the concept of being in the fourteenth century: John Duns Scotus and William of Alnwick" in: *Medieval Studies* 49, pp. 1-75.

_____. 1988. "The univocity of the concept of being in the fourteenth century: II. The *De ente* of Peter Thomae" in: *Medieval Studies* 50, pp. 186-256.

FORLIVESI, M. 2006. "The nature of transcendental being and its contraction to its inferiors in the thought of Mastri and Belluto" in: FORLIVESI, M. (ed.) *"Rem in seipsa cernere". Saggi sul pensiero filosofico di Bartolomeo Mastri (1602-1673)*, Padova: Il Poligrafo, pp. 261-337.

GUERIZOLI, R., 2009. "Legitimação da metafísica e aporia do gênero em Duns Scotus" in: STORCK, A. (ed.) *In Aristotelis Analytica Posteriora. Estudos acerca da recepção medieval dos Segundos Analíticos*, Porto Alegre: Linus Editores, pp. 199-212.

HONNEFELDER, L. 2007. "Metaphysik als *scientia transcendens*: Johannes Duns Scotus und der zweite Anfang der Metaphysik" in: PICH, R. H. (ed.) *New essays on metaphysics as scientia transcendens*, Louvain-la-Neuve: F.I.D.E.M., pp. 1-19.

JOHANNES DUNS SCOTUS 1956. *Ordinatio: liber 1. A distinctione quarta ad decimam*, Civitas Vaticana: Typ. Polyglottis Vaticanis.

_____. 1960. *Lectura in librum primum sententiarum: prologus et distinctiones a prima ad septimam*, Civitas Vaticana: Typ. Polyglottis Vaticanis.

KNUUTTILA, S. 2003. "The question of the validity of logic in the late medieval thought" in: FRIEDMAN, R. et al. (eds.) *The medieval heritage in early modern metaphysics and modal theory, 1400-1700*, Dordrecht: Kluwer, pp. 121-142.

_____. 2006. "How theological problems influenced the development of medieval logics?" in: CAROTI, S. et al. (eds.) *"Ad ingenii acuitionem". Studies in honor of Alfonso Maierù*, Louvain-la-Neuve: FIDEM, pp. 183-198.

- _____. 2009. "New ideas on subject and identity in medieval logic" in: HONNEFELDER, L. et al. (eds.) *Unity and time in metaphysics*, Berlin: De Gruyter, pp. 183-197.
- LANGSTON, D. C. 1979. "Scotus and Ockham on the univocal concept of being" in: *Franciscan Studies* 17, pp. 105-129.
- MAIERÙ, A. 1981. "Logica aristotelica e teologia trinitaria. Enrico Trotting da Oyta" in: MAIERÙ, A. et al. (eds.) *Studi sul XIV secolo in memoria di Anneliese Meier*, Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, pp. 481-512.
- _____. 1986. "Logique et théologie trinitaire dans le moyen-âge tardif : deux solutions en presence" in: ASZTALOS, M. (ed.) *The Editing of theological and philosophical texts from the Middle Ages*, Stockholm: Almqvist & Wiksell, pp. 185-212.
- _____. 1988. "Logic and Trinitarian theology: 'De modo praedicandi ac sylogizandi in divinis'" in: KRETZMANN, N. (ed.) *Meaning and inference in medieval philosophy. Studies in memory of Jan Pinborg*, Dordrecht: Kluwer, pp. 247-295.
- OCKHAM cf. William of Ockham
- PARK, S.-C. 1999. *Die Rezeption der mittelalterliche Sprachphilosophie in der Theologie des Thomas von Aquin. Mit besonderer Berücksichtigung der Analogie*, Leiden/Boston/Köln: Brill.
- PICKSTOCK, C. 2005. "Duns Scotus: his historical and contemporary significance" in: *Modern Theology* 21:4, pp. 543-574.
- PINI, G. 2005. "Univocity in Scotus' *Quaestiones super Metaphysicam*: the solution of a riddle" in: *Medioevo* 30, pp. 69-110.
- SCOUTS cf. Johannes Duns Scotus.
- SUÁREZ, F. 1960. *Disputaciones metafísicas. Disp. I-VI*, Madrid: Gredos.
- WEIDEMANN, H. 2002. "The logic of being in Thomas Aquinas" in: DAVIES, B. (ed.) *Thomas Aquinas. Contemporary philosophical perspectives*, Oxford: Oxford University Press, pp. 77-85.
- WILLIAM OF OCKHAM 1984. *Quaestiones variae*, St. Bonaventure, NY: The Franciscan Institute.
- ZIELINSKI, E. 1981. "Unendlichkeit und Identitätsaussage (praedicatio per identitatem) in Bezug auf Gott nach Johannes Duns Scotus" in: KLUXEN, W. (ed.) *Sprache und Erkenntnis im Mittelalter*, Halbbd. 2, Berlin/New York: De Gruyter, pp. 999-1002.